

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO			
	2018	2017			
<b>Circulante</b>	2.966.841	2.747.934	<b>Circulante</b>	1.704.541	2.006.008
Disponibilidades	4	6.054	Depósitos	1.282.709	1.494.436
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	180.343	Depósitos interfinanceiros	9	1.258.572
Aplicações em operações compromissadas		180.343	Depósitos a prazo	9	24.197
Títulos e valores mobiliários		705.565	Obrigações para empréstimos	11	274.891
Cotas de fundo de investimento	4	393	Obrigações para empréstimos	11	323.450
Carteira própria	5	705.172	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6	5.999
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6	2.351	Instrumentos financeiros derivativos	6	29.425
Instrumentos financeiros derivativos		2.351	<b>Outras obrigações</b>	12	140.942
Operações de crédito	7	1.937.985	Obrigações para pagar		50.000
Operações de crédito - Setor privado		2.094.242	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		990
Financiamentos - Setor privado		156.257	Fiscais e previdenciárias		108.100
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		162.074	Diversas		31.862
<b>Outros créditos</b>	8	129.626	<b>Exigível a longo prazo</b>		2.190.165
Diversos		144.858	Depósitos		1.546.706
<b>Outros valores e bens</b>		5.941	Depósitos interfinanceiros	9	1.504.863
Bens não de uso próprio		4.917	Depósitos a prazo	9	41.843
Provisão para desvalorização		(2.222)	<b>Recursos a aceites e emissão de títulos</b>	10	207.972
Despesas antecipadas		562	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	207.972
<b>Realizável a longo prazo</b>	1.733.143	1.583.842	<b>Obrigações para empréstimos</b>	11	381.081
Instrumentos financeiros derivativos		7.701	Obrigações para empréstimos	11	100.210
Operações de crédito	7	1.532.754	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	6	25.147
Operações de crédito - Setor privado		1.604.425	Instrumentos financeiros derivativos	6	14.298
Financiamentos - Setor privado		(71.671)	<b>Outras obrigações</b>	12	29.259
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		162.074	Fiscais e previdenciárias		247
<b>Outros créditos</b>	8	192.688	Diversas		29.012
Diversos		172.048	<b>Resultados de exercícios futuros</b>	14	29.075
<b>Outros valores e bens</b>		117	Recursos de exercícios futuros	14	29.075
Despesas antecipadas		517	<b>Patrimônio líquido</b>	16	782.371
<b>Permanente</b>		6.168	Capital social		444.387
Investimentos		6	Reserva de lucros		337.984
Outros investimentos		6			
Outros investimentos		1.600			
Outras imobilizações de uso		1.907			
(Depreciação acumulada)		(507)			
<b>Intangível</b>		4.672			
Software		14.823			
(Amortização acumulada)		(10.151)			
<b>Total do ativo</b>	<b>4.706.152</b>	<b>4.337.752</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>4.706.152</b>	<b>4.337.752</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º Semestre		Exercício
	2018	2017	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	386.109	681.692	768.812
Operações de crédito	385.129	757.506	778.048
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	33.220	65.270	22.043
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d	(32.240)	(31.279)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	(214.137)	(485.470)	(431.477)
Despesas de captação no mercado	(125.647)	(261.969)	(289.633)
Despesas de obrigações por empréstimos	(12.083)	(76.449)	(11.215)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7e	(76.407)	(147.053)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	171.972	356.222	337.335
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	(45.258)	(96.979)	(117.765)
Receita de prestação de serviços	17	42.805	81.002
Outras despesas administrativas	18	(62.052)	(121.852)
Despesas de pessoal		(9.215)	(18.981)
Despesas tributárias		(16.153)	(33.808)
Outras receitas operacionais	19	13.728	22.501
Outras despesas operacionais	20	(14.369)	(25.841)
<b>Resultado operacional</b>	126.716	259.243	219.570
<b>Resultado não operacional</b>	98	76	124
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	126.814	259.319	219.694
Imposto de renda	15a	(42.029)	(78.304)
Contribuição social	15a	(33.955)	(63.069)
Ativo fiscal diferido		5.181	4.663
<b>Lucro líquido do período</b>	56.011	122.609	107.081
<b>Lucro líquido por ação do capital social</b>	2,03	4,44	3,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício
	2018	2017	2017
<b>Lucro líquido do período ajustado</b>	201.062	404.858	357.018
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social	126.814	259.319	219.694
Depreciações e amortizações	874	1.790	1.779
Despesa com provisões contingentes	(3.205)	(3.042)	6.353
Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	76.407	147.053	130.629
Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU	172	(262)	(1.437)
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	(187.715)	(335.003)	369.040
(Aumento)/redução em operações de crédito	(305.976)	(469.878)	(113.550)
(Aumento)/redução em resultado com títulos e valores mobiliários	(27.423)	(54.031)	(4.140)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	46.015	(11.790)	(310)
(Aumento)/redução em depósitos	(115.919)	(168.371)	538.200
Aumento/(redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	106.065	207.972	(6.735)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos	111.280	232.312	43.615
Aumento/(redução) em outros créditos e outros valores e bens	978	594	13.770
Aumento/(redução) em outras obrigações	151	5.925	1.278
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	16.859	24.564	(1.828)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.745)	(112.300)	(111.251)
<b>Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado</b>	13.347	69.855	716.058
Títulos e valores mobiliários	-	-	(647.000)
Alienação de imobilizado de uso	444	444	338
Aquisição de imobilizado de uso	(333)	(342)	(1.126)
Aplicações no intangível	(1.479)	(2.084)	(990)
<b>Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado</b>	(1.368)	(1.982)	(648.778)
Pagamento de dividendos	-	(70.000)	(50.000)
<b>Atividades de operação - Caixa líquido proveniente/aplicado</b>	-	(70.000)	(50.000)
<b>Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	11.979	(2.127)	17.280
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	174.811	188.917	171.637
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	186.790	186.790	188.917
<b>Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	11.979	(2.127)	17.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	2018	2017	Legal	Outras		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	344.387	30.881	297.413	-	-	672.681
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.081	107.081
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	5.354	-	(5.354)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	101.727	-	(101.727)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(100.000)	-	(100.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	344.387	36.235	299.140	-	-	679.762
Aumento de capital (AOCF de 16.04.2018)	100.000	-	-	-	-	100.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	122.609	122.609
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	6.130	-	(6.130)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	116.479	-	(116.479)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.000)	-	(20.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	444.387	42.365	295.619	-	-	782.371
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	444.387	39.565	242.408	-	-	726.360
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	56.011	56.011
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	2.800	-	(2.800)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	53.211	-	(53.211)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	444.387	42.365	295.619	-	-	782.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	2018	2017	Legal	Outras		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	344.387	30.881	297.413	-	-	672.681
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.081	107.081
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	5.354	-	(5.354)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	101.727	-	(101.727)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(100.000)	-	(100.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	344.387	36.235	299.140	-	-	679.762
Aumento de capital (AOCF de 16.04.2018)	100.000	-	-	-	-	100.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	122.609	122.609
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	6.130	-	(6.130)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	116.479	-	(116.479)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.000)	-	(20.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	444.387	42.365	295.619	-	-	782.371
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	444.387	39.565	242.408	-	-	726.360
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	56.011	56.011
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	2.800	-	(2.800)	-	-
Reservas especiais de lucros	-	-	53.211	-	(53.211)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	444.387	42.365	295.619	-	-	782.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizou a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2019.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMV, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - CONSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes a CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados).

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a. Apuração do resultado**  
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.  
**b. Estimativas contábeis**  
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

**c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**  
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.  
**d. Ativo circulante e realizável a longo prazo**  
**Caixa e equivalentes de caixa**  
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/09 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de perda, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.  
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.  
As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e e os eventuais ganhos provenientes da renegociação que sejam em conformidade com o resultado quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme descrita na nota explicativa nº 7d.  
**Instrumentos financeiros derivativos**  
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:  
Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.  
As operações são custodiadas na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3). As operações são avaliadas a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referidas da B3.  
O Banco utiliza a estrutura de hedge accounting para algumas operações que consistem em aplicar regras específicas e opções de contabilização das operações de hedge financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. A efetividade é avaliada pela categoria de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

**Créditos tributários**  
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, conforme a Lei nº 13.169 que estabeleceu a alíquota de Contribuição Social de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.  
**Ativos contingentes**  
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.  
**Despesas antecipadas**  
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.738/14 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.  
**Outros ativos**  
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.  
**e. Ativo permanente**  
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:  
• Depreciação dos custos dos bens de imobilizado, é recon

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

**14. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS OPERÁRIOS**

Referem-se a receitas de subsídios de fluxos de crédito recebidas antecipadamente no montante de R\$ 29.075 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.511 em 31 de dezembro de 2017) que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento.

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a. Cálculos dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	259.319	259.319	219.694	219.694
<b>Adições temporárias</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150.847	150.847	164.767	164.767
Provisão para contingências	9.864	9.864	15.356	15.356
Outras adições	95.055	95.055	78.865	78.865
<b>Exclusões</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.794)	(3.794)	(34.138)	(34.138)
Créditos irrecuperáveis	(74.160)	(74.160)	(90.727)	(90.727)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(22.729)	(22.729)	(23.033)	(23.033)
Reversão/utilização da provisão para contingência	(12.906)	(12.906)	(9.003)	(9.003)
Outras exclusões	(86.151)	(86.151)	(63.830)	(63.830)
<b>Valor-base para tributação</b>	<b>315.345</b>	<b>315.345</b>	<b>237.801</b>	<b>237.801</b>
Alíquota-base	47.302	63.069	35.895	47.590
Alíquota adicional	31.511	-	23.766	-
INAT	(201)	-	(205)	-
PAT	(208)	-	(300)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<b>78.304</b>	<b>63.069</b>	<b>68.946</b>	<b>47.580</b>

**b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Realização do crédito tributário diferido	3.420	21.458	(4.140)	12.459
Constituição do crédito tributário diferido	(16.853)	(12.898)	(1.240)	(892)
Total de imposto de renda e contribuição social	<b>64.871</b>	<b>71.839</b>	<b>53.566</b>	<b>59.047</b>

**c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Adições temporárias:</b>				
Créditos baixados como prejuízo	507.569	507.569	454.975	454.975
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	227.928	227.928	231.190	231.190
Provisão para contingências	27.223	27.223	30.265	30.265
Outros	5.522	5.522	5.563	5.563
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	<b>768.242</b>	<b>768.242</b>	<b>721.993</b>	<b>721.993</b>
Total do crédito tributário	<b>192.061</b>	<b>115.236</b>	<b>180.459</b>	<b>124.286</b>

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

**d. Natureza da origem do crédito tributário**

	Saldo em 31/12/2017		Constituição		Realização		Saldo em 31/12/2018	
	2017	2017	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Créditos baixados como prejuízo	454.975	151.861	(99.267)	507.569	507.569	454.975	151.861	507.569
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.340	238.514	(241.716)	227.928	227.928	14.340	238.514	227.928
Ações trabalhistas	23.197	2.871	(11.724)	15.894	15.894	23.197	2.871	15.894
Ações contrárias	15.647	6.653	(11.287)	11.013	11.013	15.647	6.653	11.013
Desvalorização - Bens não de uso próprio	2.483	4.170	(4.431)	2.222	2.222	2.483	4.170	2.222
Fator acidentário de prevenção	771	45	-	316	316	771	45	316
Créditos tributários	80	5.089	(4.869)	3.300	3.300	80	5.089	3.300
Base dos créditos tributários	721.993	409.203	(362.954)	768.242	768.242	721.993	409.203	768.242

**e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2018**

	Últimos 5 anos					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
<b>Imposto de renda</b>						
Ações Contrárias	1.165	516	333	207	139	393
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	50.445	4.987	1.240	210	86	14
Créditos Baixados - Prejuízo	25.772	26.425	34.016	34.495	6.185	-
Desvalorização - BNDU	556	-	-	-	-	556
Ações Trabalhistas	1.578	576	1.035	554	230	3.973
Gravames	133	771	-	-	-	904
Outras Adições	771	-	-	-	-	771
	<b>80.420</b>	<b>32.504</b>	<b>36.624</b>	<b>35.466</b>	<b>6.640</b>	<b>407.192.061</b>

	Últimos 5 anos					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
<b>Contribuição social</b>						
Ações Contrárias	699	309	200	124	84	235
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	30.267	2.992	744	126	52	9
Créditos Baixados - Prejuízo	15.463	15.855	20.410	20.697	3.711	-
Desvalorização - BNDU	333	-	-	-	-	333
Ações Trabalhistas	947	346	621	332	138	2.384
Gravames	80	3.080	-	-	-	3.160
Outras Adições	462	-	-	-	-	462
	<b>48.251</b>	<b>19.502</b>	<b>21.975</b>	<b>21.779</b>	<b>3.985</b>	<b>244.115.236</b>

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 267.453 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 263.978 em 31 de dezembro de 2017), considerando-se a taxa Selic de 6,50% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 31 de dezembro de 2018 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 41,87% no ano de 2019; 16,92% no ano de 2020; 19,07% no ano de 2021; 18,47% no ano de 2022; 3,46% no ano de 2023; 0,21% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revistas semestralmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital Social**  
Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$ 444.387 (R\$ 344.387 em 31 de dezembro de 2017), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em 16 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 100.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 08 de maio de 2018, sendo publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 2018.

**b. Reserva legal**  
É constituída a razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

**c. Dividendos**  
No primeiro semestre de 2018 foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2018 a distribuição de dividendos provenientes na reserva especial de lucros do exercício de 2015 no montante de R\$ 20.000. A distribuição total de dividendos para a acionista Honda South America Ltda no exercício de 2018 foi de R\$ 70.000, o desembolso foi realizado no dia 28 de março de 2018.

**17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	2018	2017
Rendas de serviços prioritários - Pessoa física	75.972	67.045
Rendas de cobrança	4.570	153
Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	460	523
	<b>81.002</b>	<b>67.721</b>

**18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Serviços de terceiros (i)	37.642	38.296
Despesa de comissão (ii)	37.555	46.790
Serviços técnicos especializados	13.287	14.627
Outras despesas administrativas	7.254	6.488
Custas processuais	6.827	6.496
Despesa de processamento de dados	5.721	5.169
Despesa de serviços do sistema financeiro	4.983	7.342
Despesa de cartório	2.444	5.153
Despesa de promoções e relações	2.278	853
Campanha de vendas	1.973	4.449
Despesa de comunicação	1.868	1.984
	<b>121.652</b>	<b>137.647</b>

(i) Basicamente serviços contratados para consultorias

(ii) Basicamente pagamento de comissões de venda

**19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a)	12.906	9.003
Reembolso de despesa bens não de uso - BNDU	4.608	6.871
Reversão de desvalorização de bens não de uso - BNDU	4.353	5.378
Reversão de provisões diversas	332	8.232
Outras	302	4.146
	<b>22.501</b>	<b>33.630</b>

**20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Provisão para contingências	9.819	15.322
Desvalorização de bens não de uso - BNDU	4.091	3.941
Campanha de cobrança	3.084	2.789
Despesas com despachante	2.587	4.702
Indenização ações contrárias	2.058	1.307
Desconto concedido	1.076	1.710
Outras	3.126	1.284
	<b>25.841</b>	<b>31.055</b>

**21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por terceiros e emissões de títulos de dívida e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

**a. Controladora do Banco**

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
<b>Receita (despesa)</b>	<b>Receita (ativo)</b>	<b>Despesa (despesa)</b>	<b>Receita (ativo)</b>	<b>Despesa (despesa)</b>
Valores a receber	-	(21.376)	-	-
Valores recebidos antecipadamente	14.956	(21.376)	21.601	-
<b>Moto Honda da Amazônia Ltda.</b>				
Valores a receber	-	12	-	11
Valores recebidos antecipadamente	398	(358)	914	(609)
Aluguel de imóvel	(60)	(10)	(120)	(120)
Outras despesas	(461)	(100)	(906)	(102)
<b>Honda Serviços Ltda.</b>				
Prestação de serviço de assessoria administrativa	(11.022)	(2.547)	(20.952)	(17.918)
Valores a receber - Repasse	-	-	-	-
<b>Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.</b>				
Aluguel de móveis e equipamentos	(956)	-	(1.827)	(1.773)
Depósitos a prazo	(1.785)	(33.749)	(4.003)	(83.790)
Valores a receber	(6)	-	(12)	(12)
<b>Honda Leasing</b>				
Depósitos interfinanceiros	(584)	(18.886)	(1.170)	(18.828)
<b>FIDC Auto Honda</b>				
Agente de cobrança	2.432	-	4.570	153

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração variável condicionado ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada pelo exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No exercício de 2018, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o exercício de 2019.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenhe função equivalente.

**22. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a. Fundo de pensão**

O Banco é patrocinador da PREVIVONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício 2018 somaram R\$ 138 (R\$ 117 no exercício de 2017), contabilizados em rubrica de despesa com pessoal.

**b. Limite operacional**

Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Basileia, apurado pela instituição, calculado em conformidade com a regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, foi de 23,0% (19,4% em 31 de dezembro de 2017), conforme legislação vigente à época.

**c. Gerenciamento de Riscos e de Capital**

Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.327/14 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Circular 3.467/09 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente pautadas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Para manter essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade, definindo o apetite por riscos da instituição, possibilitando assim, a criação de alertas para a tomada de ações específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital.

**Gerenciamento de Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos-se de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores, por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas.

Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte.

O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

**Gerenciamento de Risco de Mercado**

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na instituição pelo "IRRRB (risco da taxa de juros na carteira de *banking*)", devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, é realizada a mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros, considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros. Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira *banking*, o Banco Honda utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

**Gerenciamento de Risco de Liquidez**

Sobre o risco de liquidez, a instituição adota procedimentos de controle rotineiros, visando a constante verificação do seu fluxo de caixa, não apenas previsto, mas também prospectivo, atentando-se ao descaçamento entre entradas e saídas, tanto para o curto, quanto para o longo prazo.

**Gerenciamento de Risco Operacional**

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas, referentes à disponibilização de procedimentos, padrões e instrumentos, os quais possibilitem a prévia identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos relacionados, tanto à ocorrência externas, assim como internas, tais como fraudes, práticas inadequadas de colaboradores, entre outros.

**Gerenciamento de Risco Socioambiental**

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos socioambientais, a instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de sistemas, rotinas e procedimentos, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

**Gerenciamento de Risco de Conformidade**

Para o gerenciamento do risco de conformidade, a instituição busca priorizar, adequar e fortalecer o sistema de Controles Internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela "Alta Administração", em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à "Filosofia Honda".

**Gerenciamento do Risco Reputacional**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Em milhares de Reais)

**Outros ativos**  
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata diu) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

**Ativo permanente**  
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com o seguinte aspecto:  
• Depreciação do custo dos bens arrendados reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil para pessoa jurídica, segundo o determinado pela Portaria MF nº 140/84, sendo: pessoa física - 20% ao ano (vida útil de 60 meses) e pessoa jurídica - 28,37% ao ano (vida útil de 42 meses).

**e. Passivo circulante e exigível a longo prazo**  
**Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:  
• Imposto de renda - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.  
• Contribuição social - 20% sobre o lucro tributável.  
• O imposto de renda diferido é calculado sobre a superveniência de depreciação.

**Passivos contingentes e obrigações legais**  
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reverenciados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável.  
As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

**Outros passivos**  
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e despesas monetárias em "pro rata" diu incorridas.

**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**  
Representado por depósitos interfinanceiros:

	2018	2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Ligadas).....	18.886	18.828
	18.886	18.828

**5. SUPERVENIÊNCIA DE INTERFINANCEIROS**  
As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização de operações são as normas do BACEN, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular nº 1.429/89, do BACEN, a Sociedade não obteve valor classificado como insuficiência de depreciação no exercício de 2018, cuja natureza é de despesa de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado da provisão para superveniência de depreciação, no montante de R\$ 483 (R\$ 483 em 31 de Dezembro de 2017), está classificado em imobilizado de arrendamento.

**6. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO**

	2018	2017
Veículos e afins.....	1.399	1.399
Superveniência de depreciação.....	483	483
Depreciação acumulada.....	(1.399)	(1.399)
	483	483

Os contratos de arrendamento mercantil contêm cláusulas de opção de compra e de seguro dos bens objetos de arrendamento, a favor do arrendador.

**7. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS**

	2018	2017
Crédito tributário (Nota 10c).....	675	764
Devedores diversos - pais.....	588	221
Devedores por depósito em garantia.....	65	73
	1.328	1.058
Circulante.....	671	1.042
Realizável a longo prazo.....	657	16

**8. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	2018	2017
Provisão por arrendamento de valor residual.....	483	483
Fiscais previdenciárias.....	314	496
Provisão para passivos contingentes (nota 9).....	134	151
Provisão para passivos contingentes (nota 9).....	12	17
	943	1.147
Circulante.....	943	1.147

Refere-se principalmente a provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação.

**9. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES**  
A provisão é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

	2018	2017
Provisão para contingências cíveis.....	23	40
Provisão para contingências tributárias.....	111	111
Saldo.....	134	151

**a. Movimentação dos processos**

	Dezembro de 2017		Exercício 2018	
	Saldo inicial	Saldo final	Adição à provisão	Reversão
Provisão para contingências cíveis (i).....	40	23	8	(25)
Provisão para contingências tributárias (ii).....	111	111	-	-
Saldo.....	151	134	8	(25)

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra a Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem caráter indenizatório (dano moral e material) e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

(ii) Refere-se a processo tributário sobre IPVA. Em 31 de Dezembro de 2018 a Leasing possui um total de R\$ 103 para processos cujos riscos de perdas foram classificados como possível (não possuía em 31 de dezembro de 2017).

**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**  
**a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação.....	697	697	1.124	1.124
<b>Adições temporárias:</b>				
Provisão para contingências.....	9	9	31	31
Cadin - IPVA.....	25	25	47	47
Outras.....	7	7	-	-
<b>Exclusões temporárias:</b>				
Provisão de contingências cíveis.....	-	-	(25)	(25)
Cadin - IPVA.....	(3)	(3)	(2)	(2)
Outros.....	(32)	(32)	-	-
Lucro Líquido Acumulado Períodos do IRPJ.....	703	703	1.175	1.175
Compensação Prejuízo Fiscal Anterior.....	(211)	-	(383)	-
Valor-base para tributação.....	492	703	892	1.175
Alíquota-base.....	74	141	134	255
Adicional 10%.....	25	-	65	-
Despesa de IRPJ e CSLL correntes no exercício.....	99	141	199	255

**b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL corrente devidos no exercício.....	99	141	199	255
Realização de crédito tributário.....	99	141	199	255
Total de imposto de renda e contribuição social.....	103	227	200	254

**c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social**

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adições temporárias:				
Provisão para contingências fiscais.....	111	111	-	-
Provisão para contingências cíveis.....	23	40	-	-
Crédito baixado como prejuízo.....	686	686	-	-
Depreciação de contratos atraso imobilizado.....	867	867	-	-
Total das diferenças temporárias.....	1.687	1.704	-	-
Crédito tributário - imposto de renda.....	422	426	-	-
Crédito tributário - CSLL.....	253	253	-	-
Saldo.....	675	764	-	-

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados, na rubrica "Outros créditos - Diversos" - No circulante e realizável a longo prazo.

**d. Natureza e origem dos créditos tributários**

	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2018	
	Realização	Constituição	Realização	Constituição
<b>Natureza e origem dos créditos tributários</b>				
Ações Contrárias.....	40	(25)	8	23
Créditos baixados - Prejuízo.....	686	-	686	-
Contingência Tributária - IPVA.....	111	-	111	-
Depreciação de contratos: Atraso - Imobilizado.....	867	-	867	-
Saldo.....	1.704	(25)	1.687	23

**e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de Dezembro de 2018**

	Primeiros cinco anos				
	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Imposto de renda</b>					
Adições temporárias:					
Provisão para contingências fiscais.....	28	-	-	-	-
Provisão para contingências cíveis.....	3	2	1	-	-
Crédito baixado como prejuízo.....	171	-	-	-	-
Outros.....	217	4	-	-	-
	419	2	1	-	-

**Contribuição social**  
Adições temporárias:  
Provisão para contingências fiscais..... 17 - - - - 17  
Provisão para contingências cíveis..... 1 1 1 - - 3  
Crédito baixado como prejuízo..... 103 - - - - 103  
Outros..... 130 - - - - 130  
Total de créditos tributários em 31 de dezembro de 2018.. 251 1 1 - - 253

O valor presente deste crédito tributário é no montante de R\$ 633 em 31 de Dezembro de 2018, (R\$ 714 em 31 de Dezembro de 2017), considerando a taxa SELIC de 6,50% ao ano. Os critérios e constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:  
A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente;  
A realização dos créditos tributários constituídos, existente em 31 de dezembro de 2018, foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sobre o desfecho das provisões são de: 99,26% no ano de 2019, 0,44% no ano de 2020 e 0,30% no ano de 2021. Estas estimativas serão revisadas anualmente.  
Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, considerando as expectativas da administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da instituição e indicadores econômicos financeiros.

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**a. Patrimônio Social**  
O Capital Social está representado por 7.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no País, totalizando R\$ 11.867.  
**b. Reserva legal**  
É constituída a razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

**12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Serviços de terceiros.....	(65)	(68)
Despesa de processamento de dados.....	(110)	(106)
Outras despesas administrativas.....	(19)	(37)
Serviços técnicos especializados.....	(32)	(28)
Despesa de publicação.....	(71)	(52)
Serviços sistema financeiro.....	(95)	(90)
	(392)	(381)

**13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Reversão de provisões ações contrárias.....	32	26
Outras receitas operacionais.....	-	19
	32	47

**14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Provisão para contingências.....	(7)	(38)
Indenização de ações contrárias.....	(11)	-
Outras despesas operacionais.....	(5)	(3)
	(23)	(38)

**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**  
A controladora direta da empresa é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão.

**Administradora de Equipamentos Nacional Honda Ltda.**  
Aluguel de móveis e equipamentos..... (64) - (62)  
**Banco Honda S/A**  
Depósito interfinanceiro de liquidez..... 18.886 1.170 18.828 1.740

**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**  
Em 31 de Dezembro de 2018 e Dezembro de 2017, a Leasing não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos, cuja divulgação seja requerida nos termos das normas e instruções do BACEN.

**17. OUTRAS INFORMAÇÕES**  
**a. Gerenciamento de riscos**  
Para atendimento ao requerido nas Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 4.090/12, 3.988/11 e 3.721/09 a Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil dispõe de estrutura específica para gestão de riscos, as atividades são centradas no monitoramento e gestão dos riscos:  
**Gerenciamento de risco de crédito**

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.  
A instituição utiliza modelos para calcular a probabilidade default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

**Gerenciamento de risco de mercado e liquidez**  
O gerenciamento de risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição a mercado de todas as carteiras de ativos e passivos financeiros da instituição considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas à taxa de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.  
Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

**Gestão de capital**  
A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.  
A Leasing utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

**Risco operacional**  
A gestão de risco operacional adequa a premissa de que o risco operacional deriva de eventos disruptivos de negócios internos, pessoas e sistemas inadequados, falhas ou riscos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são reconhecidos e a origem avaliada para correção e melhorias.

**Risco socioambiental**  
A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

**Objetivo operacional**  
Em 31 de dezembro de 2018, o Índice de Basileia, aplicado pela instituição, calculado em conformidade com a regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, foi de 23% (19,45% em 31 de dezembro de 2017, conforme legislação vigente à época).  
As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.

**A DIRETORIA**

**ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Acionista da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP  
**Opinião com ressalva**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.  
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Leasing S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
**Base para opinião com ressalva**  
A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa das demonstrações financeiras nº 5. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.  
**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações e os eventos, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
São Paulo 14 de fevereiro de 2019

**APIME** Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6  
Giuseppe Masi  
Contador CRC 1SP176273/O-7

Conheça o financiamento



Você sempre de Honda novo

O Evolution Honda é um financiamento com entrada flexível, parcelas atrativas e **Recompra Garantida\***, criado especialmente para você que ama estar sempre de **Honda novo**.



**HR-V**  
Novos tempos.  
Novas revoluções.

**Entrada Flexível**  
de 30% a 50%

**Parcelas acessíveis**  
24 ou 36 meses

**RECOMPRA Garantida\***

Faça uma simulação em: [www.bancohonda.com.br/evolutionhonda](http://www.bancohonda.com.br/evolutionhonda)

\*Consulte as condições de recompra do automóvel pela concessionária, previsto no Contrato de Recompra e no Manual de Recompra do Evolution Honda. Imagem meramente ilustrativa.